



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEDESE/CONEDH - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos

Ata

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CONEDH/MG, EM 13 DE NOVEMBRO DE 2025.

PRESIDÊNCIA DE ROBSON SÁVIO REIS SOUZA

Às 14h00, reúnem-se por meio de videoconferência pela plataforma Microsoft Teams em sessão plenária ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CONEDH/MG, doravante identificado CONEDH/MG, os (as) conselheiros (as): Anna Karla Ribeiro Silva representando a Secretaria Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Alysson Faria da Costa representando a Secretaria de Estado de Educação - SEE Aylton Rodrigues Magalhães representando a Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG; Camila Aniceto de Oliveira representando a Subsecretaria de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SUBPOD/SEJUSP; Ciro César de Carvalho representando a Secretaria de Estado de Saúde – SES; Danielle Rodrigues Domingues representando a Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SUBDH/SEDESE; Everson Alcântara Tardeli representando a Comissão da Verdade dos Trabalhadores do Movimento Sindical em Minas Gerais – COVET/MG; Fernando Gonzaga Jayme representando a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Gilson Rodrigues Rosa representando a Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG; Gregory Rodrigues Roque de Souza representando a Aliança Nacional LGBTI+; Maria do Carmo Teixeira Costa representando o Conselho Regional de Psicologia – CRP; Michele de Souza Richard representando a Subsecretaria de Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SUBAS/SEDESE; Natália Cristina da Costa Pérpetuo representando a Subsecretaria de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SUBESP/SEDESE; Otávio Ferreira de Pinho representando a Subsecretaria de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SUBPOD/SEJUSP; Pablo Friche da Matta Machado representando Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais - SJPMG; Priscila Zacarias representando a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Renato Augusto Dores Fonseca representando a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP; Robson Sávio Reis de Souza representando a Pontifícia Católica de Minas Gerais – PUC Minas; Vanessa Maria Tavares da Silva representando a Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SUBDH/SEDESE; Vânia Lúcia de Almeida representando a Secretaria de Estado de Educação – SEE; Wagner Dias Ferreira representando a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Minas Gerais – OAB/MG . **I – Verificação de quórum:** Às 14h10, o presidente Robson Sávio verifica o quórum simples. Havendo número regimental, dar-se início à plenária. **II - Apresentação da justificativa dos conselheiros ausentes:** Claudenice Rodrigues Lopes representando a Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte – MITRA; Cristina Del Papa representando o Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino – SINDIFES; Leônidas Meireles Mansur Muniz representando a Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte – MITRA; Valdênia Geralda de Carvalho representando a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Minas Gerais – OAB/MG; Wellington Marçal de Carvalho representando o Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino – SINDIFES. **III – Convidada:** Ana Carolina Oliveira representando a Agenda da Deputada Bella Gonçalves. O Presidente Robson Sávio abre a reunião cumprimentando a todos os presentes, os conselheiros e convidados. Faz a leitura da pauta e o conselheiro Wagner pede para acrescentar na pauta informes sobre o sistema prisional. O presidente deixa em aberto caso tenha tempo disponível para falar do tema. O conselheiro Wagner explica que a Comissão de Direitos Humanos da OAB foi solicitada a comparecer no Presídio Inspetor José Martinho Drumond onde aconteceu um falecimento que não foi dado esclarecimentos sobre o caso e outros casos da Penitenciária Nelson Hungria. O Presidente Robson Sávio considera importante retomar o assunto e diz que o Conselho tem uma Comissão de Monitoramento do sistema prisional que teve dificuldades de atuar neste ano e fala

da necessidade de reativá-la. **Encaminhamentos/providências/registros solicitados em ata: 1) Aprovação da ata do CONEDH – setembro de 2025:** A ata de setembro foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes. **2) Posse e recondução dos conselheiros:** **a) Nomeações:** Pela Subsecretaria de Políticas sobre Drogas – SUBPOD/SEJUSP: - Camila Aniceto de Pinho, em substituição a Karine Zago Valente, titular; - Otávio Ferreira de Pinho, em substituição a Diego Gonçalves de Souza, suplente, **b) Reconduções:** pela Secretaria de Estado de Saúde – SES: - **Ciro César de Carvalho, titular.** Foi dada a posse aos novos conselheiros e reconduzido o conselheiro **Ciro.** Encaminhamento: conselheiros assinarem o termo de posse (Secretária Executiva Sirlene repassará informações). **2) Criação de Comissão para acompanhamento e implementação das deliberações da 5ª Conferência Estadual de Direitos Humanos:** o presidente Robson Sávio apresenta uma proposta de Resolução conjunta entre SEDESE e CONEDH (nº 05/2025) que dispõe sobre a criação de comissão paritária para implementar e acompanhar as deliberações aprovadas pela 5ª Conferência Estadual de Direitos Humanos (6 eixos de trabalho, com 3 propostas por eixo – Eixo 1: enfrentamento de violações e retrocessos, Eixo 2: democracia e participação popular, Eixo 3: igualdade e justiça social, Eixo 4: justiça climática, meio ambiente e direitos humanos, Eixo 5: proteção dos direitos humanos e contexto internacional e eixo 6: fortalecimento da institucionalidade dos direitos humanos - elaboraram recomendações aprovadas pelos grupos e encaminhadas para a Conferência Nacional, além de serem recomendações para o Estado de Minas Gerais): no artigo 1º cita a criação de uma comissão com membros da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Conselho Estadual de Direitos Humanos para estabelecer estratégias e ações para implementar e acompanhar a efetivação das deliberações aprovadas na Conferência Estadual de Direitos Humanos; artigo 2º diz sobre a composição paritária dando a presidência para o CONEDH, que também representa a sociedade civil; artigo 3º trata de orientar e acompanhar a implementação das deliberações aprovadas sejam implementadas pelos órgãos estaduais, criação de um cronograma de trabalho, manter o colegiado informado sobre os andamentos e providências tomadas e publicação de um relatório final; artigo 4º diz que a comissão poderá contar com colaboradores e convidados eventuais tanto do poder público quanto da sociedade para auxiliar os trabalhos. O presidente Robson Sávio informa que a Resolução será encaminhada à Secretária da SEDESE, Sra. Alessandra Diniz Portela Silveira. Espera que a SEDESE e o CONEDH caminhem juntos na efetivação da Resolução. A conselheira Natália diz que não poderá participar, mas faz votos que a comissão seja instaurada. O conselheiro Everson fala sobre a importância de ter uma Comissão para que as recomendações possam ser implementadas. Cita sua experiência na Comissão da Verdade dos Trabalhadores - COVET. Diz que a Comissão da Verdade em Minas não criou uma comissão de monitoramento de suas recomendações e por isso não há acompanhamento das ações dessa Comissão. Cita o caso do Memorial de Direitos Humanos que é uma recomendação da COVET e a SEDESE pode ajudar a concretizar juntamente com o Tribunal de Justiça para que o que foi proposto, que é transformar o prédio do antigo DOPS em um Memorial. O conselheiro Fernando Jayme também considera fundamental a formação da comissão para que uma responsabilidade que é de todos, incluindo o Estado, seja concretizada. Parabeniza a qualidade do relatório elaborado pela Comissão organizadora do evento. A conselheira Danielle comenta a importância da formação de uma comissão e também dos feedbacks dados através do relatório que possibilitam a construção de melhores políticas públicas. Explica que a SEDESE teve alguns problemas com o processo licitatório e toda a burocracia, mas com todo o empenho dos conselheiros envolvidos, o resultado final foi brilhante, com a condução do Presidente Robson Sávio. O presidente Robson Sávio coloca-se à disposição para agendar uma reunião com a SEDESE e explicar a importância da Resolução e a formação da comissão de acompanhamento e monitoramento. Encaminhamento: 1) definido o número de participantes da Comissão sendo o Presidente do Conselho e mais 3 conselheiros da sociedade civil e 3 conselheiros dos órgãos do Estado; 2) conselheiros da SEDESE encaminhem a solicitação do CONEDH para a SEDESE sobre a importância da criação da Comissão e resolução em conjunto. **3) Informes: 5ª Conferência Estadual de Direitos Humanos:** o presidente Robson Sávio agradece a participação de conselheiros do Conselho, a Comissão organizadora e a equipe técnica do CONEDH, SEDESE e UEMG pela qualidade da conferência realizada. Conta que foi democrática, participativa, com convidados ilustres; que produziu material indicativo para o plano estadual, nacional e eleitos delegados para a etapa nacional; um relatório que foi disponibilizado a todos os conselheiros, sociedade civil e órgãos públicos. Conta que foram construídos os 6 eixos para a etapa nacional e eleitos os delegados da sociedade civil e governamental. O conselheiro Wagner parabeniza a estrutura da conferência e que foi muito importante garantir um debate de alto nível e mobilização. Fez críticas sobre a impossibilidade de usar a estrutura oferecida pelo hotel. O Presidente Robson Sávio justifica que nesse caso, a Comissão organizadora não tinha autonomia para definir outra estrutura. Registra que após a

Conferência, se reuniu com a Comissão organizadora para discutir problemas ocorridos antes e durante a realização da Conferência, incluindo contratação de serviços e já foi encaminhado um ofício para a SEDESE (Subsecretaria de Direitos Humanos, superintendências e diretorias afins) relatando todos os problemas ocorridos. Diz que fizeram essa avaliação com o intuito de ajudar o Estado a selecionar melhor as empresas contratadas e a qualidade do serviço prestado pelas mesmas. Diz que se fosse um gestor público, agradeceria o retorno dado com os pontos positivos e negativos para melhorar a efetividade de atuação do Estado. A conselheira Vânia diz que no evento faltou organização da estrutura, como no check-in e longas esperas para acomodação e espera que sejam discutidos para aprimorarem. Agradeceu a oportunidade de coordenar o eixo 4, e considerou pouco tempo para as discussões e debates. Sugere que nas próximas conferências receba mais atenção essa questão, como também, a definição do local e deslocamento dos participantes sejam feitos com antecedência. Complementa que a construção que está sendo realizada através da conferência entre movimentos sociais, sociedade, governo é um momento rico de trabalho. **4) Publicação do Relatório da 5ª Conferência Estadual de Direitos Humanos:** o presidente Robson Sávio pede aos conselheiros que revisem a proposta do relatório final da Conferência, que foi disponibilizado pela Secretaria Executiva, e apresentem sugestões para que o mesmo seja publicado e posteriormente, enviado às autoridades, entidades e bibliotecas. Todos aprovam o Relatório. **5) Relatório anual do Conselho (Comissão):** o Presidente Robson Sávio explica que é uma responsabilidade prestar contas à sociedade civil com a publicação de um relatório anual com todas as ações e atividades do Conselho. Pede a participação de todos os conselheiros na produção do relatório, encaminhando à Secretaria Executiva para o registro das participações. Informa que o conteúdo do relatório é bastante rico e traz informações sobre as denúncias recebidas, o encaminhamento dado a elas e também o monitoramento dessas denúncias. Pergunta aos conselheiros se dois ou três poderiam auxiliar ele e a Secretária executiva Sirlene na elaboração do relatório. **Encaminhamentos:** os conselheiros Pablo – SJPMG e Fernando Jayme – UFMG colaborarão com a construção do relatório final do Conselho. **6) Informes: a) 13ª Conferência Nacional de Direitos Humanos:** São 56 delegados eleitos (35 delegados da sociedade civil, 5 delegados de categorias específicas e 16 delegados do poder público) e Minas Gerais foi pioneiro no Brasil em eleger 2 representações, uma representação da comunidade dos moradores em situação de rua (Juiz de Fora) e outra representação de comunidades ciganas. O presidente Robson Sávio informa que a SEDESE já foi informada sobre a delegação que irá para Brasília e ela vai providenciar o transporte de todos. A Secretária executiva Sirlene e os conselheiros Natália, Wellington e equipe da SEDESE estão atentos aos detalhes. **b) Eleição da sociedade civil no Conselho:** O conselheiro Fernando Jayme informa que a avaliação dos documentos encaminhados foi realizada e seguiram estritamente o que estava no Edital e algumas entidades foram consideradas inabilitadas por falta de documentação (Aliança Nacional LGBTI+, SINDIFES, Instituto Social Acreditar e Lutar e Movimento Nacional dos Direitos Humanos). O presidente Robson Sávio relembra que eram 3 entidades da sociedade civil e uma entidade representante da livre orientação sexual. Estão habilitadas as entidades CRP, COVET/MG e Instituto de Direitos Humanos – IDH. O processo de eleição será finalizado em fevereiro de 2026. Explica que o Conselho tem 4 cadeiras fixas (MITRA, PUC Minas, UFMG, OAB e SJPMG) e 4 cadeiras rotativas. Explicita sua consternação com a saída da SINDIFES que não encaminhou a documentação necessária para registrar a candidatura e comenta que o SINDIFES sempre foi um grande parceiro do Conselho em todas as atividades realizadas. **7) Celebração do Dia Internacional de Direitos Humanos (10 de dezembro):** o presidente Robson Sávio conta sobre a cerimônia feita no final do ano passado com a entrega do Diploma “Diva Moreira” realizado na Faculdade de Direito da UFMG, onde foram homenageados pessoas e entidades ligadas aos direitos humanos. Pergunta sobre a possibilidade de realizar uma atividade para celebrar a data. O conselheiro Wagner sugere parceria do CONEDH com a Comissão de Direitos Humanos/OAB na realização de uma cerimônia inter-religiosa que já aconteceria com a Comissão de Direitos Humanos/OAB organizando. O presidente Robson Sávio sugere estender o convite para realização da cerimônia a outras entidades representadas no Conselho. Pergunta qual a data aconteceria o evento. O conselheiro Wagner responde que seria no dia 04 de dezembro, quinta-feira, às 19 horas na Rua Guajajaras 1757 - Auditório da OAB/MG no bairro Barro Preto. O conselheiro Fernando Jayme adere à proposta do conselheiro Wagner e sugere convidar os estudantes indígenas da universidade para participar da celebração. Presidente Robson Sávio sugere que caso sejam convidados um número maior de pessoas, que o espaço de realização, seja alterado. O conselheiro Ciro César sugere um espaço maior para dar mais conforto e propõe que seja verificado outros espaços. **Encaminhamentos:** Dia 04 de dezembro - Atividade conjunta entre CONEDH e Comissão de Direitos Humanos alusiva ao dia 10 de dezembro (Celebração inter-religiosa com representação católica, candomblé, evangélica e indígena) no

auditório da OAB, rua Guajajaras 1757, bairro Barro Preto e deixa em aberto para outra atividade. Conselheiros Pablo, Everson, Fernando Jayme e Maria do Carmo também estarão envolvidos na programação proposta. **8) Alteração da data da reunião plenária do CONEDH de dezembro:** O presidente Robson Sávio sugere a data de 18 de dezembro, reunião videoconferência para tratar de temas como: Conferência Nacional de Direitos Humanos, ativação da Comissão de monitoramento do sistema prisional, retomada dos trabalhos com a CEIVIT e outros. *Encaminhamentos:* Alterada a data da última reunião do Conselho para o dia 18 de dezembro. No mês de dezembro, não acontecerá reunião específica para análise de processos para pagamento de indenização pela CEIVIT. **9) Outros informes:** a) Sobre o sistema prisional: O Presidente Robson Sávio informa que o Conselho tem uma Comissão específica para o monitoramento do sistema prisional (com a função de visitar periodicamente as penitenciárias, produzir relatórios e encaminhar às autoridades competentes além de acompanhar o que está sendo realizado) que ficou sem funcionar esse ano, mas em parceria com o Conselho Nacional de Direitos Humanos, várias unidades prisionais em Minas Gerais foram visitadas e a partir dessas visitas, produziram um relatório consistente que está tendo repercussões no sistema de justiça. Avisa que esse material está disponível para aqueles conselheiros que desejarem conhecer o trabalho. Relata que desde o ano passado implementaram um sistema de recepção de denúncias, encaminhamentos e monitoramentos dessas denúncias junto aos órgãos públicos (exemplos: MPMG, DPMG, DEPEN/SEJUSP, Mecanismo Nacional de Tortura). Pede que a Comissão e seu protagonismo sejam retomados o mais breve possível. O conselheiro Wagner pede que seja encaminhado um ofício para a Delegacia de Homicídios de Ribeirão das Neves e Delegacia de Homicídios de Contagem para que deem um retorno sobre as investigações que estão sendo feitas dos casos de morte que aconteceram no Presídio Inspetor José Martins Drumond e na Penitenciária Nelson Hungria. O presidente Robson Sávio informa ao conselheiro Wagner que o Conselho já encaminhou esses ofícios. Pede à Secretária executiva Sirlene que acrescente aos órgãos encaminhados aos delegados das duas delegacias perguntando sobre os procedimentos apuratórios abertos e se tem novas informações. O conselheiro Wagner diz que encaminhar os ofícios diretamente aos delegados pode trazer informações mais consistentes para uma posterior atuação do CONEDH. O presidente Robson Sávio pede para que a conselheira Valdênia esteja presente na reunião de dezembro, que tratará com detalhes do sistema prisional e da comissão de monitoramento para tratar da recomposição; b) Memorial de Direitos Humanos: conselheiro Pablo conta sobre as visitas mediadas feitas com escolas de ensino médio, principalmente, graduação do curso de história, comunicação, arquitetura, arqueologia e antropologia. Conta que nas audiências judiciais de conciliação com o governo, tem sido pedido o que foi solicitado desde os anos 2000 em lei sancionada no Governo Itamar Franco que preveem um grupo de trabalho com representantes da sociedade civil que seriam representados por integrantes da ocupação, representantes do Estado e representantes do CONEDH e Comissão de Direitos Humanos da ALMG com a reivindicação de que o Memorial siga aberto com visitas mediadas e outras atividades como o projeto museológico da UFMG (que foi ocultado por 5 anos pelo governo Zema). Continuam aguardando resposta do governo à reivindicação feita onde os movimentos sociais não podem aceitar qualquer tentativa de acordo onde o Memorial vai ser fechado com promessa de verba para obras emergenciais, sem especificar qual que é a verba de onde está vindo. O Presidente Robson Sávio pede que o conselheiro Pablo junto com o conselheiro Everson organizem para o relatório final as informações sobre o Memorial e todo acompanhamento da ocupação. O conselheiro Pablo diz que tem muitos registros fotográficos que podem ser documentados no relatório. O conselheiro Wagner diz que a ocupação já é vitoriosa pelo tempo que está sendo um espaço público e cultural e não destinado a moradia. Acredita que tem grande chance da ocupação vir a ser um Memorial em 2026 e a luta de todos os envolvidos é fundamental para uma consciência que a sociedade tem que manter viva. O conselheiro Everson diz que o impasse tem sido o Estado querer a desocupação do espaço e o movimento da ocupação quer garantias que estarão envolvidos e as visitas permanecerão com a desocupação mantendo o compartilhamento de todo conhecimento sobre o espaço, como também do período da ditadura no país. O presidente Robson Sávio coloca à disposição o Conselho para continuar colaborando com todos envolvidos na ocupação do Memorial e despede-se de todos. **Encerramento:** Cumprida a finalidade da reunião, a presidência procede ao seu encerramento, às 16h:20. Eu, Shelen Rodrigues Sudario da Silva, masp. 342.890-1, lotada na SEDESE/DAOCDH/CONEDH, lavrei a presente ata que após ser lida e aprovada, será assinada.



Documento assinado eletronicamente por **Robson Sávio Reis Souza, Usuário Externo**, em 06/01/2026, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gregory Rodrigues Roque de Souza, Usuário Externo**, em 06/01/2026, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Rodrigues Rosa, Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos da Polícia Civil**, em 06/01/2026, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Dias Ferreira, Usuário Externo**, em 06/01/2026, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **PABLO FRICHE DA MATTA MACHADO, Usuário Externo**, em 06/01/2026, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vânia Lúcia de Almeida, Servidora Pública**, em 06/01/2026, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **EVERSON DE ALCANTARA TARDELI, Usuário Externo**, em 07/01/2026, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ciro César de Carvalho, Servidor (a) Público (a)**, em 07/01/2026, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Gonzaga Jayme, Usuário Externo**, em 07/01/2026, às 20:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Aniceto de Oliveira, Diretora**, em 08/01/2026, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Ferreira de Pinho, Coordenador(a)**, em 13/01/2026, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Maria Tavares da Silva, Diretor(a)**, em 14/01/2026, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Zacarias, Assessor(a)**, em 14/01/2026, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renato Augusto Dores Fonseca, Servidor(a) Público(a)**, em 20/01/2026, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13055584** e o código CRC **18909C48**.

Referência: Processo nº 1480.01.0000917/2025-37

SEI nº 13055584